

CLIPPING IMPRESSO

21/09/2021

INDICE

1. AÇÕES TJMA	
1.1. JORNAL PEQUENO.....	1
2. DESEMBARGADOR	
2.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	2
3. PRECATÓRIOS	
3.1. JORNAL PEQUENO.....	3
4. PRESIDÊNCIA	
4.1. JORNAL PEQUENO.....	4
5. PUBLICIDADE LEGAL	
5.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	5



Velten na diretoria da Andes

O presidente da Associação Nacional dos Desembargadores, Marcelo Buhatem, acaba de nomear o desembargador Paulo Velten Pereira como diretor junto ao Tribunal de Justiça do Maranhão. A ideia é promover o movimento associativo, notadamente daquela que é a única na defesa específica do 2º grau de jurisdição e se fazer presente em todos os Estados da Federação através de colegas com notória liderança, competência e legitimidade.

	TJMA <small>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</small>	ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
<p align="center">AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico nº 49/2021 – SRP Processo nº 10277/2021</p> <p>Objeto: Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Locação de Veículos Automotores; Abertura: 04/10/2021, às 10:00 horas (horário de Brasília-DF); Local: www.gov.br/compras/pt-br/; Informações: Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; E-mail: colicitacao@tjma.jus.br. Fones: (98) 3261-6181 / 6194. São Luís, 17 de setembro de 2021. André de Sousa Moreno – Pregoeiro TJMA.</p>		

	TJMA <small>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</small>	ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
<p align="center">AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico SRP nº 50/2021 Processo nº 8590/2021</p> <p>Objeto: Registro de preço para contratação de serviços terceirizados e continuados de motoristas Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão; Abertura: 04/10/2021 às 10:00h (horário de Brasília-DF); Local: https://www.gov.br/compras/pt-br/; Informações: Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; E-mail: colicitacao@tjma.jus.br. Fone: (98) 3261-6181/6194. São Luís/MA, 17 de setembro de 2021. Kátia Araujo Gonçalves – Pregoeiro TJMA (Uasg 925125).</p>		

Servidores e servidoras do Fórum de São Luís se mobilizam para o Dia Mundial sem Carro

DIVULGAÇÃO

Nesta quarta-feira (22), Dia Mundial sem Carro, um grupo de servidores e servidoras do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), que vai ao trabalho pedalando, realiza ação do projeto “De bike ao trabalho”. A proposta é incentivar o compartilhamento das ruas com a bicicleta e seu uso como meio de transporte. A atividade de sensibilização ocorre das 7h30 às 8h30, no estacionamento interno do fórum, com a distribuição de material educativo e dicas para o pedal seguro. “Queremos estimular na prática, com o nosso exemplo, que é possível usar a bicicleta como meio de transporte, inclusive para ir ao trabalho, pois nos deslocamos de casa ao fórum pedalando”, disse a servidora Daniella Belo (7ª Vara da Fazenda de São Luís), que faz esse percurso diário, no início da manhã. Ela lembrou que essa iniciativa visa também a sensibilizar motoristas e demais usuários de vias públicas sobre a importância do compartilhamento consciente das ruas e respeito pela vida do ciclista.

Para dar melhor estrutura aos servidores e servidoras que optam pela bicicleta para o deslocamento, a diretoria do órgão já instalou um bicicletário no estacionamento interno e está realizando melhorias nos vestiários. O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio do Núcleo Socioambiental, está desenvolvendo um projeto que vai criar infraestrutura para oferecer mais conforto e comodidade aos que pedalam ao trabalho no fórum, incluindo um amplo bicicletário. As atividades desta quarta-feira (22), promovidas no Fórum do Calhau, conta com o suporte do “Pedal das Minas”, grupo de mulheres que se apoiam para pedalar em São Luís; e do “Bikeanjo São Luís”, rede nacional de pessoas que acreditam na bicicleta como ferramenta para transformação das cidades. A articuladora local dos dois grupos, Jaana Pinheiro,



Grupo de servidores do Fórum de São Luís usam a bicicleta como meio de transporte para o trabalho

explica que o Dia Mundial sem Carro tem como objetivo estimular as pessoas que utilizam o carro como meio de transporte busquem meios mais sustentáveis para se deslocar nesse dia.

“Pode ser a pé, ônibus, mas nós que somos do movimento da bicicleta estimulamos o uso da bike como transporte, para fortalecer esse tipo de veículo como o mais sustentável, porque ele possibilita deslocamento de distâncias maiores que a caminhada não promove e também não sobrecarrega o sistema de transporte público, principalmente nesse tempo de pandemia”, explicou Jaana Pinheiro. Segundo ela, a bicicleta vem como uma solução mais viável de ser implementada para que as pessoas se transportem de

uma forma mais ativa e mais sustentável nas cidades. “Um ambiente com menos poluição, mais pessoas nas ruas e com isso mais segurança, uma vida mais ativa e mais saudável e uma cidade também mais saudável e mais segura”, concluiu. A rotina dos servidores e servidoras que se deslocam de bicicleta para o trabalho começa bem cedo. Quem mora mais distante sai de casa por volta das 6h30 e pedala cerca de 40km (ida e volta). Ao longo do percurso os demais colegas vão se juntando ao grupo e chegam ao trabalho juntos, 30 minutos antes do expediente que começa às 8h. Já a servidora Ana Maria Pereira (Biblioteca) percorre apenas dois quilômetros e gasta em média oito minutos para chegar ao fórum.

Câmara busca consenso para votar nesta semana PEC dos Precatórios e Reforma Administrativa

FOTOS: DIVULGAÇÃO



Deputado Darci de Matos é o relator da PEC dos Precatórios, que teve admissibilidade aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça, na Câmara dos Deputados, na semana passada



Deputado Arthur Oliveira Maia, relator da Reforma Administrativa, vai apresentar um terceiro substitutivo, após mudanças propostas pelos deputados

GIL MARANHÃO

Duas matérias então entre as prioridades da Câmara dos Deputados nesta semana: a PEC dos Precatórios e a Reforma Administrativa. De interesse dos estados e municípios, Distrito Federal e da própria União, a dos proposta que trata dos precatórios teve a sua admissibilidade aprovada na quinta-feira passada, dia 16, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados. A PEC muda o pagamento de precatórios, que são dívidas do governo com credores que ganharam causas na Justiça, inclusive cidadãos. Pela proposta, até 2029, os precatórios com valor acima de 60 mil salários mínimos, ou R\$ 66 milhões, poderão ser quitados com entrada de 15% e nove parcelas anuais. A análise na CCJ ficou restrita aos aspectos constitucionais, jurídicos e de técnica legislativa da matéria. Caberá agora ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) constituir uma Comissão Especial para analisar o mérito da medida. Para a aprovação definitiva de uma PEC, são necessários pelo menos 308 votos na Câmara e 49 no Senado Federal, em dois turnos.

Nessa segunda-feira (20), Lira afirmou que terá uma reunião com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, para debater a proposta que regulamenta o pagamento dos precatórios. Ele informou que já havia proposto que as duas Casas assegurassem um rito mais célere do texto para que a proposta fosse aprovada rapidamente. “É imperioso que se chegue a uma solução. O que está posto [cumprimento da decisão judicial] vai impactar o Orçamento, é imperioso que se discuta e se encontre uma saída. Eu sempre defendo a tese de não haver rompimento do teto, devemos discutir uma trava”, explicou.

“PEC DO CALOTE”

A proposta encontra resistência na Oposição que a chamam de “PEC do calote”. Segundo o deputado Alessandro Molon (PSB-RJ), a proposta permite ao governo decidir unilateralmente sem consultar o credor. Segundo ele, o que o governo quer é uma autorização do Congresso Nacional para descumprir obrigações e colocar o dinheiro em outras despesas que contam em época eleitoral. “O problema com esse calote não é apenas a injustiça com quem tem direito a receber o dinheiro. É também a péssima

imagem que o governo passa, a de que o Brasil não cumpre seus compromissos, que é um mau pagador”, avaliou. Um dos defensores da PEC dos Precatórios, o relator da matéria, deputado Darci de Matos (PSD-SC), disse que a proposta não ofenderia a forma federativa de Estado nem a separação de Poderes ou os direitos e garantias individuais. Ele disse rebate a possibilidade de “calote” e lembrou que o parcelamento proposto já é previsto na Constituição de 1988. “Não estamos criando mecanismo novo. Estamos calibrando o que já existe na Constituição. O artigo 100, parágrafo 20, diz que precatórios com valor acima de 15% do montante total de precatórios podem ser parcelados”, explicou.

REFORMA ADMINISTRATIVA

Consenso também os deputados buscam para aprovar nesta semana a Reforma Administrativa. O relator da matéria, deputado Arthur Oliveira Maia (DEM-BA) deverá apresentar nesta terça-feira (21) um terceiro relatório, com sugestões proposta por líderes partidários na semana passada. O texto estava previsto para ser votado na quinta-feira (16),

na Comissão Especial que analisa o tema. Mas atendendo ao pedido dos membros do colegiado, o relator retirou as mudanças que ele mesmo havia feito em seu relatório na noite de quarta-feira e manteve seu parecer anterior e ficou de construir novo substitutivo. Entre os pontos mais criticados pela oposição estão as regras para contratações temporárias e os instrumentos de cooperação com a iniciativa privada. Maia reconheceu, por exemplo, que pode alterar as regras para contratações temporárias, como reduzir o prazo limite dos contratos, que no seu parecer é de até dez anos. Já a avaliação de desempenho é considerada um dos pontos fundamentais. O relatório anterior acabava com a possibilidade de reduzir a jornada e salário de servidores. Também facilitava a abertura de processos administrativos para perda de cargo de servidores com avaliação de desempenho insatisfatório; acrescentava novos parâmetros para definir quem perderá a vaga caso haja uma extinção parcial de cargos obsoletos; e incluía guardas municipais e agentes socioeducativos entre as carreiras exclusivas de Estado, deixando de fora da lista policiais militares e corpos de bombeiros militares.

Sobe/Desce

Sobe

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, irá inaugurar o Museu “Desembargador Lauro de Berredo Martins”, nesta terça-feira, 21, às 17h. A solenidade será realizada no Solar dos Veras, no Centro Administrativo (vizinho ao antigo prédio da Assembleia Legislativa, na Rua do Egito, 144, Centro).